

POLÍTICA

Militares vão discutir a Constituição

A partir de segunda-feira os ministros militares começam a estudar o texto do anteprojeto da Constituição, para tomar posição.

“Não sou moleque”

Reação de Bernardo Cabral, ante a acusação de que alterou o contexto do anteprojeto da Constituição.

“Não sou moleque. Isto está me parecendo trama de companheiros para tentar me desmoralizar” — disse ontem o deputado Bernardo Cabral, reagindo às notícias de que o ministro do Exército o havia criticado no Palácio do Planalto, por quebra de compromisso na elaboração do substitutivo da Comissão de Sistematização da Constituição, nas questões envolvendo a anistia e papel das Forças Armadas.

Apesar da reação indignada do deputado, fontes credenciadas das Forças Armadas garantiram que houve compromisso do relator de não incluir no substitutivo a emenda da anistia e de acatar emenda do deputado Ricardo Fiuza, aprovada nas comissões temáticas, definindo as atribuições das Forças Armadas. Tudo indica que houve recomendação de chefes militares de evitar novas críticas a Bernardo Cabral, sob a alegação de que o trabalho da Constituinte ainda não terminou.

Cabral passou quase duas horas sentado numa poltrona no meio do plenário na sessão de ontem do Congresso Nacional. Ele evitou os corredores e os salões de acesso, para não falar com os jornalistas. A distância, os repórteres o chamavam por gestos e lhe mandavam bilhetes pedindo declarações.

O relator, também por gestos, mostrava que ficaria de boca fechada, só ouvindo. Mais tarde, ele desabafou: “Tem hora de falar e de ouvir. Para mim, no momento a hora é de ouvir”.



Cabral: “Tem hora de falar e de ouvir”.

Explicações

Por volta das 17 horas, terminada a sessão do Congresso Nacional, os jornalistas aproximaram-se do relator, no meio do plenário. Aborrecido, Bernardo Cabral disse que falou o que deveria falar, no aparte ao líder do governo, deputado Carlos Sant’Anna. Da Tribuna, Sant’Anna desmentiu, taxativamente, que o nome do relator tivesse sido mencionado na reunião ministerial de anteontem, no Palácio do Planalto. Cabral, no aparte, agradeceu o esclarecimento do líder do governo, afirmando que não tinha acreditado no noticiário.

Ele havia permanecido no plenário na expectativa de discursar, pedindo esclarecimentos ao governo sobre as notícias dos jornais, de que teria sido acusado de quebra de compromisso. Como o líder Carlos Sant’Anna discursou, falando sobre o assunto, ele preferiu apenas o aparte.

Explicações

Aos jornalistas, Cabral desabafou: “Não acredito mesmo que o general Leônidas, meu amigo pessoal há mais de 20 anos, tenha feito os comentários a meu respeito, como quebra de palavra, rompimento de compromisso. Ele me conhece e nós nos respeitamos”. E acrescentou: “Sou homem vivo, amadurecido, de caráter e de personalidade. Os compromissos que assumo, cumprio. Por isso não acredito na veracidade dos comentários atribuídos ao ministro do Exército”.

Bernardo Cabral reconheceu que o noticiário da imprensa não foi inventado pelos jornalistas: “É claro que os repórteres ouviram aquelas versões de políticos, isso é que dói, ver companheiros nossos fazendo este tipo de jogo rasteiro. Vamos em frente. Não

foi a primeira vez que fazem intrigas contra mim e contra o nosso trabalho”.

Durante todo o dia de ontem os assessores parlamentares dos ministros militares ouviram muitas queixas e reclamações de constituintes de diferentes partidos, pelas declarações atribuídas ao ministro do Exército, que consideraram interferência indevida nos trabalhos da Assembléia Constituinte.

O líder em exercício do PT, deputado José Genoíno, por sinal, depois de ser entrevistado pela TV Globo sobre o episódio, pediu para fazer nova gravação: “Acho que minha fala foi muito forte. Vamos mudar um pouco”, justificou.

O artigo 192, definindo o papel das Forças Armadas e que contraria a pretensão dos militares, é de autoria do relator adjunto Nelson Jobim (PMDB-RS). Cabral aceitou a redação, apesar de ter sido alertado pelo senador Fernando Henrique Cardoso quanto às reações que geraria.

Parlamentares do PDT, PT, PC do B, PSB e PCB, que há dias conversaram com Cabral, ouviram dele a informação de que o substitutivo definiria o papel das Forças Armadas, estabelecendo que garantiriam a ordem constitucional por iniciativa expressa dos poderes constitucionais. Pelo menos dois dos líderes partidários duvidaram da informação, agora confirmada no texto do relator.

Fiamarion Mossri

Moreira Lima diz que não haverá confronto

“Não vai haver confronto entre as Forças Armadas e a Constituinte”, disse ontem à noite ao *Jornal da Tarde* o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, ao desembarcar no Rio, dando ênfase ao diálogo “mantido pelas Forças Armadas com parlamentares que representam a maioria moderada do Congresso”, citando o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização; o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso; o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, entre outros.

O ministro confirmou que compartilha as preocupações do seu colega do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, com a ação da “minoridade radical que tenta influir nos trabalhos da Constituinte, e que não representa as aspirações da grande maioria do povo brasileiro e da própria maioria da Constituinte”.

“Esta minoria existe, não tenho dúvida”, disse, ainda, o brigadeiro. Mas assegurou que há um “bom diálogo entre as Forças Armadas e as lideranças políticas e uma boa vontade de parte a parte para se chegar a um consenso que represente, realmente, as aspirações da maioria dos brasileiros”. Para o ministro da Aeronáutica, “há, assim motivos para que se mantenha um ótimo relacionamento com os trabalhos da Constituinte e as questões de interesse básico da sociedade brasileira”.

O ministro da Aeronáutica adiantou que a instituição que comanda vai examinar a fundo o novo projeto de Constituição divulgado esta semana, para verificar “o que ele representa, e apresentar, então, novas propostas à Constituinte”.

O mesmo será feito pela Marinha e Exército, com a finalidade de não deixar equivocados com relação à posição das Forças Armadas. Mas segundo o ministro da Aeronáutica, “nada será feito de modo estranho” ao diálogo cordial que tem havido entre as lideranças da maioria da Constituinte e as Forças Armadas.

“Vamos continuar o nosso diálogo com todos que pretendem trocar idéias democraticamente. Vamos continuar o nosso diálogo com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral”, disse o ministro, insistindo na afirmação de que está otimista.

O brigadeiro disse que se recusa a aceitar “a idéia de ruptura, de confronto entre as instituições militares e as lideranças da maioria da Constituinte, porque já temos mantido um diálogo construtivo, que nos ajuda a conhecê-lo melhor e permite que eles nos conheçam de forma objetiva, sem suposições, mas com o entendimento direto”.

O ministro destacou o diálogo que manteve ontem com lideranças políticas, inclusive o senador Fernando Henrique Cardoso, na residência do presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, Afonso Arinos, na Super Quadra Sul 309, em Brasília.

“Foi um diálogo positivo, altamente positivo, que mostra que há condições de se chegar a um consenso que preserve o essencial nas propostas que realmente dizem respeito à sociedade brasileira. Conversamos muito também com o senador Afonso Arinos, e ele expôs as suas teses, e nós as nossas”, acrescentou o ministro da Aeronáutica.

O diálogo entre as Forças Armadas e as lideranças políticas não vai ser, assim, rompido “em função do trabalho de uma minoria que procura impor as suas teses, e que trabalha até mesmo tentando intimidar os constituintes, o que não pode ser aceito, pois o importante é que eles tenham conhecimento das propostas que representam os mais diversos segmentos da sociedade brasileira”, salientou.

Para o brigadeiro, “a preocupação com a ação da minoria radical na Constituinte não é e não deve ser só das Forças Armadas, pois os que radicalizam saem da realidade, e o que se pode sentir através da própria opinião pública é a aspiração de que dos trabalhos dos deputados e senadores resulte uma Constituição moderada, ainda que sensível aos problemas sociais do país”.

O ministro Moreira Lima destacou, ainda, a “grande aproximação que houve entre as lideranças políticas e as Forças Armadas”. Ele citou, em especial, as visitas feitas por parlamentares a organizações da Força Aérea Brasileira (FAB).

Esta semana, uma comitiva de parlamentares de diversos partidos esteve no Centro Técnico Aeroespacial, na Academia da Força Aérea na Embraer, em São José dos Campos. O brigadeiro Moreira Lima disse que outras visitas serão feitas, “porque não se poderá admitir que em momentos históricos haja um distanciamento entre a instituição militar e os legisladores”.

“O ideal é que esta aproximação sempre exista, e a FAB está aberta a parlamentares de todos os partidos. A Aeronáutica já recebeu, até, a visita de um parlamentar do próprio Partido Comunista, o deputado Fernando Santana, da Bahia.

O PT e o PC do B são os partidos que têm evitado um diálogo com as Forças Armadas. Também o PDT não chega a ter um relacionamento com as Forças Armadas como o têm o PMDB, PTB, PL e PFL. Mas no auditório da Escola Superior de Guerra, onde fez palestra recentemente, o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, evitou declarações que pudessem causar insatisfação aos militares, mantendo um diálogo curto, mas cordial, com o comandante da ESG, almirante Bernard David Blower. O único detalhe incomum na visita de Lula à ESG, que não chegou a causar problema foi o fato de ele ter-se apresentado de camisa esportiva, o que foi objeto de um relatório de rotina.

“Mas o ministro” — interveio Humberto Souto (PFL-MG), “quando fala, fala em nome do Exército. Fala imperativamente. Os outros não dispõem de canhões, fuzis, granadas e espingardas. Eu me senti agraciado”.

Ari Ribeiro

Hélio Contreiras

Exército, Marinha, Aeronáutica e EMFA começam a estudar, a partir de segunda-feira próxima, a possibilidade de acatar ou não o substitutivo do relator Bernardo Cabral no que se refere aos assuntos das Forças Armadas, sobretudo as alterações introduzidas no seu papel constitucional. “Primeiramente vamos avaliar o texto para depois, com uma posição de consenso, conversarmos com as lideranças políticas e tentar negociar”, afirmou o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima.

O brigadeiro assim como os generais Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, e Paulo Campos Paiva, chefe do EMFA, e o Almirante Henrique Sabóia, ministro da Marinha, participaram ontem de um almoço na residência do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos. O tema principal da reunião foi o sistema de governo constante no texto, em torno do qual, segundo o senador Arinos, não há discordância dos ministros militares.

“Eles não são contrários ao parlamentarismo. Isso posso dizer com certeza”, disse Afonso Arinos. “Eles estão de acordo conosco de que o presidente é uma peça importante neste processo de transição. Eles acham que o presidente é uma figura institucional, representativa neste processo e nós, parlamentaristas, também achamos isso”, acrescentou o senador.

Dos ministros militares, os únicos que falaram foram Moreira Lima e Paulo Campos Paiva, este preferindo silenciar sobre o sistema de governo, dizendo ser um assunto tão controverso que até hoje não tinha chegado a uma conclusão.

Já o brigadeiro Moreira Lima considerou o encontro com o senador Arinos “excelente e cordial”. “Fomos beber e comer às luzes e ensinamentos do grande mestre. Agora, acho que qualquer sistema é bom, dependendo apenas das condições de cada país”. O ministro, que disse considerar o parlamentarismo “a forma de governo mais avançada de uma democracia liberal”, manifestou dúvidas quanto a sua “oportunidade”. E disse ser temerário “a realização de um plebiscito. Depois de admitir que no parlamentarismo o poder civil tem mais preponderância sobre o poder militar, Moreira Lima, foi enfático ao afirmar que “a estabilidade de um país depende fundamentalmente dos partidos políticos e do governo, jamais das Forças Armadas, exclusivamente. Senão estaríamos num regime militar”.

O papel das Forças

Participaram também o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Bonifácio de Andrada, Luiz Henrique e Sandra Cavalcanti. E os militares ouviram explicações de Arinos sobre a modificação por ele introduzida no papel constitucional das Forças Armadas, de onde retirou o termo que as transforma em “quadias da lei e da ordem”, deixando-as, em consequência, responsáveis apenas pela “garantia dos poderes constitucionais, e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional”.

O ministro Moreira Lima, apesar de preferir a fórmula antiga, mostrou-se profuso a avaliar e mesmo acatar a inovação do senador Afonso Arinos. “Não faz muita diferença, pois nos poderes constitucionais está implícita a lei, e nós militares estamos dispostos a dialogar, pois estamos tendo um entendimento muito bom com os parlamentares”, disse.

Arinos disse aos ministros que “a tão requisitada lei e ordem é cópia de uma expressão do Direito norte-americano — law and order — que quer dizer ordem jurídica e não lei e ordem”. Acha Arinos, assim, “que se trata no Brasil, de uma tradição viciada”.

Se suas explicações conseguiram convencer o ministro Moreira Lima, pensou a dialogar e avaliar a questão, o mesmo não ocorreu com o chefe do EMFA, general Campos Paiva, que continuou defendendo o ponto de vista de que as Forças Armadas são responsáveis pela garantia da lei e da ordem: “Quem pode intervir num Estado em que a Polícia Militar não resolve” — indagou. Ele acha que os militares devem intervir no processo interno, a mando do presidente da República. Quanto à anistia, o general pensa que qualquer que seja a decisão da Constituinte, ela deverá ser assimilada pelos militares. “Concordar ou não é outra história”, enfatizou.

De um modo geral, no entanto, o chefe do EMFA acha que o texto do substitutivo de Bernardo Cabral está bom, e observou que na Constituinte há gente de todo tipo: radicais e não radicais.

A grande preocupação

Os quatro ministros militares estão especialmente preocupados com a questão da forma do governo e a data da adoção do parlamentarismo, caso ele venha a ser aprovado, segundo afirmou o líder do Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Conforme a versão do parlamentar, os quatro ministros frisarão não se tratar de uma posição contrária ao parlamentarismo, mas sim de preocupação com a possibilidade de ser adotada uma nova forma de governo como casuísmo destinado a impedir a eleição de qualquer político para a presidência da República ou a reduzir a duração do mandato do presidente Sarney.

O senador evitou identificar os comentários de cada um dos ministros, mas disse que o ministro Henrique Sabóia perguntou sobre como resolver essa questão da mudança na forma de governo se existe um mandato presidencial em curso. Os ministros, sempre conforme o parlamentar, insistiram não se tratar de uma questão corporativista, mas de verdadeira preocupação com o desenrolar dos fatos.

O líder peemedebista disse ainda que as opiniões dos ministros militares sobre questões como a anistia e outras por eles levantadas, devem ser examinadas pelos constituintes para saber se são ou não procedentes. Citou também a preocupação dos militares com a possibilidade de atos disciplinares das Forças Armadas poderem ser revistos por *habeas corpus*, para lembrar que outro dispositivo impede que isso ocorra.

Zenaida Azeredo

Críticas

O relator da Comissão de Sistematização da Constituição, deputado Bernardo Cabral, mudou mesmo o texto do substitutivo do anteprojeto de Constituição, no que se refere às Forças Armadas. As mudanças foram confirmadas pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, pelo deputado José Costa (PMDB-AL) — que chegou a chamar Cabral de “irresponsável” —, e pelo líder do PTB, deputado Gastone Righi.

Fernando Henrique disse que o texto do dispositivo que disciplina o papel das Forças Armadas, no substitutivo, não é o mesmo aprovado pela subcomissão e comissão que tratou da questão, e que tinha o apoio dos militares. O senador paulista negou, no entanto, a existência de qualquer acordo com os militares sobre a matéria, confirmando apenas que havia a concordância deles em relação a determinado dispositivo que não consta do substitutivo de Cabral.

José Costa, porém, não só chamou Cabral de “irresponsável” como o acusou de ter traído o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, “prometendo uma coisa, fazendo outra e, com isso, comprometendo a imagem da Constituinte”. Costa sugeriu até mesmo que Cabral renuncie ao cargo de relator, por, segundo ele, não ter condições de conduzir com isenção os trabalhos. O deputado alagoano garantiu que, na noite anterior à entrega do substitutivo, Cabral juntou com o ministro do Exército, em sua residência, e nessa ocasião prometeu preservar os interesses das Forças Armadas no texto que estava preparando.

Só que, segundo José Costa, a mudança ocorreu com a introdução, no texto, da proposta de anistia aos militares cassados e sua conseqüente reintegração aos quadros. Além disso, acusou Cabral de ter firmado

compromissos com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e frustrou-os. “Ele quis agradar a gregos e troianos e acabou não agradando ninguém”.

“O relator simplesmente modificou o consenso, que vinha desde as subcomissões até a Comissão de Sistematização, sobre a destinação das Forças Armadas”, atacou o líder petebista Gastone Righi, que deu “toda a razão” ao general Leônidas, “pois não se justifica que o relator, agora, simplesmente modifique esse consenso. A quem interessa isso?”, indagou.

Cabral também foi atacado no Rio de Janeiro, por um político muito ligado ao ex-presidente Ernesto Geisel: “O Bernardo combinou tudo e depois apresentou um projeto inteiramente diferente. E o que é pior, essa emenda de anistia foi redigida por um comunista, José Genoíno (PT-SP), e por dois brizolistas, Brandão Monteiro e Vivaldo Barbosa”. Para esse político, as acusações ao general Leônidas à Constituinte “significam apenas um detalhe na crise que já está instalada”. No entanto, previu que a situação só ficará pior se o texto do substitutivo não for mudado e for aprovado. “Até lá, porém, o bom senso voltará ao Congresso”, afirmou.

O vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PR) foi outro que confirmou ter Cabral mudado o texto aprovado anteriormente, como resultado de uma conversa entre o relator, os deputados Vivaldo Barbosa, Brandão Monteiro, José Genoíno e o senador Jamil Haddad. Mas também negou ter havido um acordo com os militares.

Fernando Henrique Cardoso procurou amenizar as declarações do general Leônidas, na reunião ministerial de quinta-feira. Desmentiu, por exemplo, que o ministro do Exército tenha considerado inaceitável o

E um clima tenso

reflexo emocionado do noticiário distorcido “a respeito do que o ministro falou na reunião. “O que ele fez foi mais um desabafo” — assinalou.

“Ainda bem que estou ouvindo v. exa.” — apartou o relator Bernardo Cabral, presente em plenário desde o início da sessão. Lembrou sua amizade de 30 anos com o ministro Leônidas Pires Gonçalves, disse que o líder restabeleceu a verdade dos fatos e que estava satisfeito.

O clima, até aquela hora tenso, pareceu desanuviar-se. Depois que Carlos Sant’Anna deixou a tribuna ninguém mais pediu a palavra e o senador Wilson Martins (PMDB-MS) pôde, finalmente, às 17 horas, encerrar a sessão.

Os ataques

A sessão começou com o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) dizendo esperar que os integrantes da Casa tivessem “ombridade e vergonha na cara” para reagir contra o que considerou “um desrespeito aos 559 constituintes”. Florestan Fernandes (PT-SP) relatou o que o senador Severo Gomes (PMDB-SP) há pouco dissera a alguns parlamentares, ali mesmo em plenário: “Mais grave que a fala do ministro é que ele não foi demitido em seguida”.

Amaury Müller (PDT-RS) disse que melhor era o ministro “lhe meter o bedelho em assunto que não lhe diz respeito e ir cuidar de suas tropas”. A seu ver, a Constituição está sendo escrita “por uma minoria arrogante e atrevida, mas de direita”. Her-

mess Zanetti (PMDB-RS) disse que os militares não têm que opinar sobre a Constituição porque “a que está aí foi feita por eles e não serve, tanto que o povo nos elegeu para fazer outra. O presidente Ulysses Guimarães” — acrescentou — “tem o dever político e regimental de não permitir que fiquem de bandeirinha na mão olhando a Constituinte”.

As defesas

Mas não houve apenas ataques. Logo no início, Nilson Gibson (PMDB-PE) defendeu o direito de ministro falar e manifestou sua “estraneza” pelo fato de o relator ter mudado o dispositivo sobre o papel das Forças Armadas, “sem que houvesse qualquer emenda nesse sentido”. Cardoso Alves (PMDB-SP) disse que o ministro se manifestou “com base na isonomia. Todos os setores da sociedade têm-se manifestado. Por que as Forças Armadas não têm também esse direito?”.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou também normal que qualquer grupo faça pressão sobre a Constituinte. “Vem isso todo dia aqui!” — acrescentou — “e até mesmo estrangeiros, cidadãos austríacos, se arrogaram o direito de fazer propostas à Constituinte”.

“Mas o ministro” — interveio Humberto Souto (PFL-MG), “quando fala, fala em nome do Exército. Fala imperativamente. Os outros não dispõem de canhões, fuzis, granadas e espingardas. Eu me senti agraciado”.

Ari Ribeiro